



O SIGNIFICADO DO ATEÍSMO NA OBRA DE PLÍNIO SALGADO

The meaning of atheism in the work of Plínio Salgado

Ricardo Oliveira da Silva*

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

DOI: 10.29327/256659.15.1-14

RESUMO:

Atualmente o significado de ateísmo nas sociedades cristãs é associado com a descrença na existência de Deus. No entanto, a área de pesquisa da história das ideias, conforme posição do historiador Mark Bevir, permite investigar o processo de criação e os objetivos presentes na elaboração de significados sobre termos em determinados contextos intelectuais e políticos. Este artigo almeja realizar essa tarefa por meio de estudo da noção de “humanidade ateísta” do livro *A Quarta Humanidade*, publicado em 1934 pelo líder integralista Plínio Salgado. Em termos mais específicos, adotei uma abordagem sincrônica para mapear as referências intelectuais de Plínio Salgado nos anos 1920/30 (modernismo verde-amarelo, conservadorismo católico, pensamento político autoritário nacional e fascista) para, na segunda parte do texto, analisar a relação dessas referências com a construção do sentido de ateísmo como “humanidade ateísta” e seu vínculo com a luta política do autor na Ação Integralista Brasileira.

Palavras-chave: Plínio Salgado; Ateísmo; Modernismo verde-amarelo; Integralismo.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professor Adjunto de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Nova Andradina; Líder do Grupo de Pesquisa *Ateísmos, Descrenças Religiosas e Secularismos: história, tendências e comportamentos*, cadastrado no CNPq; Membro do fórum acadêmico *International Society for Historians of Atheism, Secularism, and Humanism*; E-mail: ricardorussell@gmail.com

INTRODUÇÃO

Na época da disputa presidencial de 2018, a campanha do candidato Jair Messias Bolsonaro (PSL) produziu um material de divulgação em que classificou como ateus Fernando Haddad e Manuela D'Ávila, candidatos pela chapa presidencial encabeçada pelo PT e pelo PCdoB. Tratou-se de vídeo narrado por voz em tom grave e palavras garrafais em vermelho por cima das imagens com viés de acusação, com sequência de fotos em preto e branco de Haddad e Manuela em cerimônias religiosas. O narrador dizia: “Haddad e Manuela são ateus. Na eleição, desrespeitam a fé do povo brasileiro indo a missas e cultos” (TV UOL, 2018).

A mensagem bolsonarista tinha um tom inequívoco: a ideia era enfatizar que os adversários políticos afrontariam de forma infame a religiosidade da população brasileira, comparando a missas e cultos apenas por interesses políticos, uma vez que seriam ateus, ou seja, não comungariam da fé do eleitorado. Por outro lado, o vídeo deixou implícito que o candidato Jair Bolsonaro não apenas respeitaria, mas compartilharia da fé dos brasileiros. Uma ideia reforçada pela palavra “Messias” em seu nome.

Penso que seja possível avançar um pouco mais na leitura da mensagem de campanha de Bolsonaro. Na maneira como o vídeo expõe seu recado, a identificação de Haddad e Manuela como ateístas dá margem ao entendimento de que ambos teriam valores e comportamentos diferentes e opostos aos dos brasileiros e brasileiras. E agiriam de modo vil e cínico indo a missas e cultos apenas para obter ganhos pessoais. Talvez as pessoas que tenham visto o vídeo possam ter se indagado naquele momento: pode-se esperar uma postura diferente de ateus?

Ao me referir a esse episódio da campanha presidencial de Bolsonaro, minha intenção não é verificar se a mensagem do vídeo é verdadeira, ou seja, se Haddad e Manuela são pessoas ateias e se comportaram na eleição de forma a ofender a fé da população, mas apontar para o objetivo da construção discursiva do sentido depreciativo para a noção de ateísmo. Ethan G. Quillen (2015) defende isso como possibilidade de pesquisa sobre o tema. É o que ele chama de perspectiva histórico-lexical, análise focada em elucidar as formas pelas quais as pessoas definem em contextos históricos particulares o que seria o ateísmo.

O estudo sobre significados elaborados por indivíduos a respeito de temas e conceitos específicos a partir de discursos, artigos ou livros, faz parte da história das ideias. Essa é a posição de Mark Bevir ao discorrer sobre a investigação de significados hermenêuticos

nessa área de pesquisa. Para ele, esses significados dizem respeito aos conteúdos de declarações específicas. E isso porque “os conteúdos hermenêuticos descrevem o que alguém pretende dizer ao fazer uma declaração, não o que deveria suceder para ela ser verdadeira” (Bevir, 2008, p. 60). Nesse caso, pode-se avaliar a campanha presidencial de Bolsonaro em 2018 como exemplo em que a identificação dos adversários políticos como ateístas almejava transmitir uma mensagem depreciativa sobre eles perante um eleitorado cujos votos estavam em disputa, sem preocupação em saber se existiriam elementos concretos para validar a narrativa veiculada pelo vídeo.

A conotação estigmatizada sobre o ateísmo produzida pela campanha de Bolsonaro com objetivos políticos no fim da década de 2010 não é um caso isolado em disputas presidenciais. O fenômeno possui história no Brasil. E com o propósito de evidenciar essa história, destaco neste trabalho outra fonte: a obra *A Quarta Humanidade*, publicada pelo líder integralista Plínio Salgado (1895-1975) em 1934. Trata-se de um livro que apresenta a visão do autor sobre um mundo dominado por valores ateístas que seriam perniciosos e maléficos à sociedade, os quais era necessário combater e eliminar. Isso conferiu ao livro o caráter de reflexão intelectual e de embate político na turbulenta década de 1930.

Para realizar este estudo, pensei na organização deste artigo levando em consideração a metodologia de Bevir (2008) para a história das ideias. De acordo com ele, é possível analisar os significados elaborados por indivíduos mediante uma perspectiva sincrônica, com destaque ao estudo das tradições intelectuais que fundamentam as visões de mundo dos autores. Em face disso, a primeira parte do artigo destaca a relação das ideias de Salgado com a vertente verde-amarelo do modernismo, a concepção cristã do movimento *Reação Católica* e o pensamento autoritário de intelectuais brasileiros e do fascismo europeu nos anos 1920 e 1930.

Por outro lado, essa tarefa metodológica também exige que os historiadores investiguem de forma diacrônica de que maneira os indivíduos inovam e criam sentidos para temas e conceitos a partir de suas referências intelectuais. Sendo assim, tendo como pano de fundo as referências intelectuais e religiosas, a segunda parte do artigo concentra-se na análise da criação e dos objetivos políticos subjacentes à noção pliniana de ateísmo como “humanidade ateísta”, conforme consta no livro *A Quarta Humanidade*, uma contribuição na história dos sentidos dados ao termo ateísmo.

PLÍNIO SALGADO: MODERNISMO VERDE-AMARELO, REAÇÃO CATÓLICA E PENSAMENTO AUTORITÁRIO NOS ANOS 1920 E 1930

Salgado nasceu em 1895 na cidade de São Bento de Sapucaí, estado de São Paulo, no seio de uma família católica e de tradição política. Os avôs paternos e maternos exerceram atividade política e o pai, o coronel Francisco das Chagas Esteves Salgado, foi farmacêutico e chefe político local na cidade. De acordo com Héglio Trindade (1979), a formação intelectual de Salgado foi marcada por um sentimento nacionalista e religioso. A mãe, professora, ensinou-lhe Geografia, História do Brasil, História Sagrada, aritmética e francês. O pai tinha hábito de, à noite, reunir os filhos para contar as proezas dos “grandes heróis” da pátria.

Na segunda metade da década de 1910, Salgado começou a trabalhar em diversas áreas, exercendo os ofícios de agrimensor, professor e jornalista, sendo que, por meio desse último, se tornou redator principal do periódico *Correio de São Bento*.

Em 1918, participou da organização do Partido Municipalista, formado por líderes de várias localidades do Vale do Paraíba, com objetivo de combater o que chamavam de “ditadura” do governo estadual contra os municípios. Os discursos de Salgado expressavam um tom nacionalista e a ideia de luta como fonte de energia das nações, vide elogio feito à história de Cartago na Antiguidade e à Alemanha de Bismarck no séc. XIX. Para ele, exemplos de nações forjadas no combate: “A exaltação da luta e a visão trágica da história se articulam com seu nacionalismo através [sic] da ideia de que só os povos que lutam podem sobreviver e se afirmar como nação” (Trindade, 1979, p. 39).

No início da década de 1920, Salgado mudou-se para a Capital paulista, onde trabalhou como suplente de revisor no *Correio Paulistano*, órgão do Partido Republicano Paulista (PRP). Ali, entrou em contato com políticos e intelectuais e engajou-se, sem sucesso, em uma corrente que desejava renovar ideologicamente o PRP. Contudo, “a evolução ideológica de Salgado, nesta [sic] fase, se explica mais pela influência da revolução literária do que por sua experiência política em partidos tradicionais” (Trindade, 1979, p. 42). A revolução literária referenciada por Trindade relaciona-se à Semana de Arte Moderna, ocorrida em São Paulo em 1922.

A Semana de Arte Moderna deu-se em um cenário de mudanças no país: havia o desenvolvimento de atividades industriais em centros urbanos, cujas raízes remontavam ao fim do século XIX, e que contrastava com o perfil primário-exportador da economia; o ope-

rariado fabril, constituído em boa medida com mão de obra imigrante europeia, mobilizava-se na luta por direitos, tendo, entre suas referências teóricas, o anarquismo e o marxismo (esse último representado pelo PCB, fundado em março de 1922); simultaneamente, ocorriam divergências no interior das oligarquias que controlavam o Estado e revoltas em setores militares, os quais exigiam o fim das práticas clientelistas; entre a intelectualidade, o nacionalismo era repensado (Trindade, 1979).

O evento de 1922, liderado por artistas e escritores, potencializou nova postura sobre um país sacudido por mudanças econômicas e tensões sociais e políticas. O objetivo era “pensar um ‘novo Brasil’, voltado para uma cultura de cunho nacional. Os intelectuais encararam este [sic] repensar como uma ‘missão’, em buscar o ‘brasileiro’, o popular, o nacional” (Schmidt, 2008, p. 22).

Para Salgado, que se engajou na discussão literária modernista com a produção de obras após o evento de 1922, as reflexões e ações decorrentes da Semana de Arte Moderna representaram a oportunidade de elaborar um novo nacionalismo, diferente daquele predominante no século XIX de cunho ufanista, mas voltado em demasia para a glorificação das riquezas naturais. O que ele defendia era um nacionalismo com foco nos problemas concretos do país: “Plínio defendia que o Brasil não se constituía em uma verdadeira nação justamente porque a influência externa descaracterizava o ‘verdadeiro Brasil’” (Schmidt, 2008, p. 22).

Monica Pimenta Velloso (2013) afirma que o nacionalismo foi um ponto comum entre vertentes modernistas que tinham especificidades e divergências entre si. O modernismo paulista na década de 1920 teve, de um lado, a corrente antropofágica, com expoentes como Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral. O Manifesto Antropofágico, de 1928, defendeu um nacionalismo aglutinador e incorporador de culturas estrangeiras com base em uma reelaboração crítica das referências externas para adequá-las à realidade brasileira. De outro lado:

o grupo dos verde-amarelos – composto [sic] de Cassiano Ricardo, Plínio Salgado, Menotti Del Picchia, Candido Motta Filho – representa a vertente conservadora do modernismo paulista. Para esses intelectuais, a busca da brasilidade passa a ser concebida como um “retorno ao passado”. Compreende-se o passado como o reduto das nossas tradições mais puras e verdadeiras (Velloso, 2013, p. 374).

Lorena Ribeiro Zem El-Dine (2019) destaca que o intelectual e ensaísta mexicano José Vasconcelos (1882-1959) foi referência importante nas publicações dos autores do grupo verde-amarelo. As primeiras menções a sua obra mais famosa, *La Raza Cósmica* (1925), foram contemporâneas da discussão acerca da proposta de Salgado de eleger um totem nacional quando, em 1927, o grupo assumiu o nome de *Movimento da Anta*, coroadando a preferência de Salgado por um símbolo indígena.

Em seu livro, Vasconcelos apresentou a interpretação de que a História seria a sucessão de distintas civilizações que florescem e decaem até o aparecimento de uma civilização definitiva. Em cada uma das civilizações anteriores, houve o predomínio de um tipo racial (índio, negro, mongol, branco). A missão reservada ao branco ibérico seria criar condições técnicas para reunião de todas as raças existentes, que se mesclariam até formar uma raça mestiça no continente americano, último estágio de desenvolvimento da humanidade.

Mas, enquanto os ibéricos foram referência central para formação de uma raça cósmica na obra de Vasconcelos, a discussão recaiu sobre o indígena no grupo paulista. A simbologia da anta representou a evocação de um passado mítico e um aceno ao futuro. Plínio Salgado pretendeu elaborar um discurso nacional em que o Brasil seria o berço do “homem síntese” idealizado pelo ensaísta mexicano: “A escolha da anta se justificava por sua referência à raça, que, na visão de Plínio Salgado, soube deixar-se [sic] assimilar pela mestiçagem e desaparecer, abrindo caminho para o futuro sugerido pelo intelectual mexicano” (El-Dine, 2019, p. 462).

Ricardo Benzaquen de Araújo (1978) afirma que é possível notar duas situações distintas na carreira política e intelectual de Salgado entre os decênios de 1920 e de 1930. No primeiro momento, sua trajetória caracterizou-se pela ênfase na atividade intelectual. Já a ligação com a política implicou a aceitação de uma posição dependente e subordinada. Mas, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em outubro de 1930, pondo fim ao domínio hegemônico das oligarquias rurais, e a viagem à Europa na mesma época, quando conheceu o líder fascista italiano Benito Mussolini (1883-1945), cujas ideias o impactaram, “a vida intelectual e a política se articulam num único projeto de reorganização nacional, que estende à sociedade o sentido revolucionário da atividade literária e estética de Plínio, [...]” (Araújo, 1978, p. 163).

O projeto de reorganização nacional de Plínio Salgado se cristalizaria na criação da Ação Integralista Brasileira. No entanto, a tese de que seu pensamento foi influenciado apenas pelo fascismo italiano no período em que foi líder da AIB precisa ser matizada, uma vez

que suas ideias autoritárias e de extrema-direita tiveram influência do contexto brasileiro [vide intelectuais do início do século XX, como Farias Brito e Alberto Torres e as propostas da Reação Católica da década de 1920].

Nos anos 1930, Salgado defendia uma concepção espiritualista de mundo que era tributária da filosofia de Farias Brito (1862-1917). De acordo com Alexandre Blankl Batista (2006), a interpretação de Salgado nesse contexto - de que o homem teria um destino superior, transcendental - tinha referência na concepção de finalidade de Brito, filósofo cearense que defendia que a existência somente faria sentido e teria valor se houvesse um princípio de finalidade, tanto do homem quanto do universo, o qual era se aperfeiçoar e dar a maior extensão possível as suas energias. Salgado adaptou a concepção britiana ao seu pensamento nacionalista e cristão.

O filósofo brasileiro Brito foi importante referência para intelectuais ligados à Reação Católica, como Jackson de Figueiredo (1891-1928), criador do *Centro Dom Vital* e da Revista *A Ordem*, no começo da década de 1920. A Reação Católica foi um movimento de recuperação do prestígio e da influência da Igreja junto à sociedade nos anos 1920/30: “Esse novo modelo de atuação eclesiástica, baseado em um espírito de cruzada, teve como meta principal a formação de um Brasil católico, de uma pátria assentada em princípios cristãos” (Silva, 2010, p. 55). Isso fazia parte do esforço da Igreja em recuperar uma posição de privilégio que tinha perdido ao deixar de ser religião oficial na esteira da Proclamação da República em 1889, sendo a noção britiana de finalidade transcendental da existência humana incorporada a esse objetivo.

Em relação à religião, Giselda Brito Silva aponta que, tomando os discursos do líder nacional integralista, se pode dizer que inicialmente “o movimento se distinguia dos movimentos fascistas que ascendiam na Europa assumindo uma proposta de luta espiritual cristã” (Silva, 2004, p. 74). Os integralistas pregavam um nacionalismo preso às fronteiras do Brasil e não defendiam o expansionismo como seus congêneres fascistas na Europa. Além disso, havia uma semântica em comum nos discursos católicos e de Salgado na época, como o liberalismo responsável pela crise econômica e o comunismo pela desordem nacional. No campo católico, esse discurso era respaldado pelas encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931) com a crítica papal “à mazela social provocada pelo liberalismo econômico, à refutação da solução socialista e à necessidade de harmonização da ordem social

pela via corporativa, cabendo também ao Estado um importante papel no processo” (Silva, 2010, p. 90).

As ideias políticas de Salgado também tiveram respaldo na obra de Alberto Torres (1865-1917), intelectual nacionalista que defendia um Estado forte para fazer frente aos perigos do expansionismo das potências imperialistas [vide o exemplo da guerra mundial de 1914-18]. Ainda que Torres defendesse a separação entre Igreja e Estado, Salgado inspirou-se no modelo estatal intervencionista do intelectual, mas acoplado a “uma revolução espiritual em longo prazo, conquistada com a força do doutrinação e da educação das massas” (Batista, 2006, p. 91).

Às referências a intelectuais brasileiros (como Farias Brito e Alberto Torres) e ao pensamento da Reação Católica, na obra de Plínio Salgado, somou-se o ideário fascista quando ele se tornou líder do integralismo. A década de 1930 foi período fértil na difusão de ideias autoritárias e fascistas no Brasil. Trindade (1979) menciona abundância de títulos sobre o fascismo italiano nas livrarias; livros de autores como Alberto Torres, Oliveira Viana e Azevedo Amaral, os quais analisam a política brasileira da época em perspectiva antiliberal; surgimento de revistas no estilo *Hierarquia, Revista de Estudos Jurídicos e Sociais, Política*; e movimentos ideológicos, como a Ação Social Brasileira, Legião Cearense do Trabalho, Partido Nacional Sindicalista e Ação Imperial Patrionovista Brasileira, de orientação política fascista, monarquista e corporativista.

Em termos de definição, o fascismo, historicamente, refere-se ao movimento de massas organizado militarmente que tomou o poder e transformou o regime parlamentar em um Estado de partido único que procurou transformar, regenerar ou até criar uma raça em nome de seus objetivos imperialistas de conquista (Piovezani; Gentile, 2020). Do ponto de vista conceitual e com a ressalva das especificidades que pode assumir em cada país, Edda Saccomani (1998) define o fascismo como sistema de dominação caracterizado (1) um sistema de dominação definido pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; (2) por ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional dentro de uma ordem corporativa e desprezo dos valores liberais, socialistas e comunistas; (3) por objetivos de expansão imperialista; (4) pela mobilização das massas e seu enquadramento em organizações tendentes à socialização política planificada, funcional ao regime; (5) pelo aniquilamento das oposi-

ções, mediante uso da violência e do terror; (6) por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; (7) por crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser fundamentalmente de tipo privado; (8) pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, as relações econômicas, sociais, políticas e culturais.

Em 07 de outubro de 1932, com a leitura do *Manifesto de Outubro* no Teatro Municipal de São Paulo, Salgado criou oficialmente a Ação Integralista Brasileira (AIB). No documento, ele elogia o princípio da autoridade, critica partidos políticos, defende a família, o Estado integral e apresenta como lema “Deus, pátria e família”: “Deus (que dirige o destino dos povos), pátria (nosso lar) e família (início e fim de tudo). O documento foi aberto com a expressão ‘Deus dirige o destino dos povos’, o que deixava clara a importância da questão religiosa e espiritualista no discurso e no imaginário integralista, [...]” (Gonçalves, 2020, p. 15).

Marcos Chor Maio e Roney Cytrynowicz (2013) destacam que o nome “Ação Integralista Brasileira” condensava um conjunto de princípios da visão de mundo de Salgado. O termo “Brasileira” sugeria defesa dos interesses nacionais contra os partidos estaduais, os objetivos regionais e oligárquicos e os grupos considerados internacionalistas, na época representados no país especialmente pelo Partido Comunista Brasileiro. A palavra “Ação” remetia ao primado e culto da mobilização, da força, via voluntarismo messiânico em nome de salvação futura. Por fim:

o termo “integralismo” é derivado de integral, contando totalidade, contra a democracia dos partidos e em favor de uma sociedade totalitária. O símbolo do integralismo era a letra grega sigma, de soma, somatória, integração, sugerindo que o movimento era uma síntese de todas as ideologias, acima das diferenças. A saudação era o braço direito esticado e levantado e o grito de “Anauê” [Saudação e grito de guerra, na língua tupi] (Maio; Cytrynowicz, 2013, p. 50).

O integralismo estruturou-se a partir de uma série de pequenos grupos e partidos de extrema direita existentes no início da década de 1930, como os já citados Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista); Legião Cearense do Trabalho, dirigida por Severino Sombra; Partido Nacional Sindicalista, de MG, fundado por Olbiano de Melo; e o monarquista Ação Imperial Patrionovista. A AIB foi “o primeiro partido político brasileiro com implantação

nacional e chegou a reunir – segundo diferentes estimativas – entre 500 mil e 800 mil adeptos em uma população do país de 41,5 milhões de habitantes em 1935” (Maio; Cytrynowicz,, 2013, p. 42).

Em 1934, a AIB promoveu o primeiro ato público em São Paulo, com presença de 40 mil adeptos. No evento, lançou o projeto "Bandeiras Integralistas" para difundir o movimento pelo interior do país. Nesse mesmo ano, realizou o I Congresso Nacional, em Vitória/ES, e dois anos depois, o II Congresso Nacional, em Petrópolis/RJ, ocasião em que o movimento se transformou em partido político para poder concorrer às eleições presidenciais de 1938. Nas eleições de 1936, os integralistas elegeram cerca de 500 vereadores, 20 prefeitos e 4 deputados estaduais. Esse conjunto de ações demonstrava o interesse em assumir o controle do Estado. Mas, apesar da força social e política, o integralismo teve vida efêmera: “Existiu legalmente até dezembro de 1938, um ano após o golpe do Estado Novo, imposto por Getúlio Vargas, que colocou os partidos políticos na ilegalidade” (Maio; Cytrynowicz, 2013, p. 41).

O SENTIDO DO ATEÍSMO NA OBRA *A QUARTA HUMANIDADE*

A produção intelectual de Salgado foi enorme e variada. Ele foi poeta e jornalista, escreveu romances, biografias e ensaios políticos. Até 1930, exerceu atividades literárias e trabalhou em jornais. Envolto nas discussões sobre o modernismo, publicou o romance *O Estrangeiro*, em 1927; *O Esperado*, em 1931; e *O Cavaleiro de Itararé*, em 1933.

De acordo com Trindade (1979), a leitura da trilogia romanesca revela uma crescente politização da temática do autor. *O Estrangeiro* preocupa-se com o problema da assimilação do imigrante à comunidade nacional. *O Esperado* descreve o drama das massas à espera de um messias. Por fim, *O Cavaleiro de Itararé* faz análise crítica das revoluções na história do Brasil. E, para Araújo (1978), os trabalhos publicados por Salgado entre 1932 e 1938, período de existência da Ação Integralista Brasileira, foram marcados pela tentativa de “definir a ‘crise’ em que o mundo se debatia, o lugar do Brasil nessa crise, e a proposta de restauração e soerguimento trazida pelo integralismo” (Araújo, 1978, p. 163).

O livro *A Quarta Humanidade*, publicado em 1934, foi composto por três partes: a primeira, fruto de uma conferência realizada por Salgado na Faculdade de São Paulo (1931), intitulada “Politeísmo, monoteísmo, ateísmo, integralismo”; a segunda, uma conferência or-

ganizada na Faculdade de Direito de Recife (1933), denominada “No limiar do século XX”; já a última parte é um conjunto de três textos, sob os títulos “Pelo destino do Brasil” (1926), “O otimismo na vida de Machado de Assis” (1931) e “A resposta de Atlântida” (1934).

Ainda que existam textos em *A Quarta Humanidade* escritos em fase anterior à criação da AIB, o autor evidencia, na introdução, a conjugação da atividade intelectual com a atividade política ao afirmar que a primeira e a segunda parte do livro eram complementares na sua interpretação sobre as crises que impulsionam mudanças na história. Segundo Trindade (1979) e Araújo (1978), essa interpretação se fundamenta na ideia de que teria ocorrido uma sucessão de etapas na trajetória dos povos. A primeira etapa foi a da “humanidade politeísta”, passando pela “humanidade monoteísta” até chegar à “humanidade ateísta”, passo preliminar para a quarta humanidade, a “integral”.

A principal pista para se investigar o que Salgado quis dizer por meio da palavra “ateísmo” em *A Quarta Humanidade* é a noção de “humanidade ateísta” presente no livro. O objetivo do autor foi interpretar a história das sociedades. Sobre essa tarefa, ele afirmou que o estudo científico da História foi estabelecido seguindo apreciação empírica dos fatos. No entanto, adverte, era precisa dilatar esse critério, “para surpreendermos as leis essenciais dos ritmos humanos, a teoria dos movimentos do Homem em torno do Absoluto” (Salgado, 1934, p. 15). Essa premissa interpretativa pliniana sobre o devir humano se enquadra na lógica das filosofias da história, as quais floresceram no cenário filosófico do Iluminismo europeu do século XVIII, e que estava na obra do mexicano José Vasconcelos. Guy Bourd é e Hervé Martin (1983) destacam, entre as características das filosofias da história, o princípio de um movimento ascendente da humanidade na direção de um Estado ideal, o viés teleológico e a crença em um sentido inerente à história.

Ao defender a dilatação dos critérios de investigação sobre os fatos históricos, Salgado afirma possuir, como propósito, identificar o sentido subjacente aos acontecimentos humanos, o qual, para ele, seria marcado pela sucessão de conjunto de etapas sob o signo da adição (era da humanidade politeísta), da fusão (era da humanidade monoteísta) e da desagregação (era da humanidade ateísta). Esse quadro geral já indica que o significado de “ateísmo” em *A Quarta Humanidade* está associado a uma concepção teleológica da história humana.

Na leitura do líder integralista, as humanidades politeístas e monoteístas antecederam a humanidade ateísta. A primeira teve início com a ação do homem primitivo, fundador

da tribo e do totem. O deus totêmico, animal ou planta, “corresponde à tradução da autoridade familiar, que é exercida pelo mais velho, ou o mais forte” (Salgado, 1934, p. 17). A psicologia dos povos nessa fase derivava da concepção politeísta do universo, em que o culto estabelecia as castas e os ritos e justificava as guerras. Com o tempo, os deuses adquiriram formas antropomórficas, sendo o exemplo mais completo o que ocorreu com os povos da Grécia Antiga.

Ainda na visão do líder integralista, os deuses da humanidade politeísta, no entanto, absorvidos pelo senso jurídico do Estado, vulgarizados pela literatura, enfraquecidos pelo contato com os povos conquistadores e conquistados, cada um com seu contingente de divindades, perderam com o tempo sua áurea de mistério e força de orientação dos destinos sociais. Nesse processo, a humanidade politeísta gerou duas forças distintas: o helenismo, pautado nos métodos naturalistas de interpretação da realidade; e o orientalismo, pautado em cosmovisão sobrenatural em que Deus seria o centro do universo. Para Salgado, o orientalismo deu origem à humanidade monoteísta, com Deus sendo a causa, a razão e a finalidade do homem. Na comparação com a humanidade politeísta, ele faz um contraste:

o segundo tipo de Humanidade (a Monoteísta) apresenta um caráter de fusão, como a primeira (Politeísta) apresentou uma índole de adição. Na primeira somam-se os clans [sic], somam-se os deuses, somam-se as províncias, somam-se as causas. Na segunda, todos esses elementos se fundem numa ideia totalitária, que abarca toda a compreensão do Universo e todos os movimentos humanos (Salgado, 1934, p. 30-31).

A fonte remota da visão de mundo da humanidade monoteísta teria sido o povo hebreu, o qual não teve base geográfica ao nascer, diferente dos gregos. Em decorrência disso, a moral foi seu fundamento exclusivo. No desamparo de uma paisagem arenosa, Jeová se tornou a paisagem e a Providência, a lei dada a Moisés e a finalidade da nação: “Tudo procede da ideia central, tudo repousa nela. Tudo é deduzido de um sentimento do sobrenatural” (Salgado, 1934, p. 32).

A humanidade monoteísta teria se consolidado na Europa no período medieval, época de hegemonia da fé cristã. No entanto, em suas origens, o cristianismo conviveu com a força do helenismo, expresso pela cultura greco-romana da Antiguidade, a qual abstraiu “a consideração dos fenômenos espirituais mais profundos, limitando-se à apreciação das

expressões formais da natureza, [...]” (Salgado, 1934, p. 26-27). De acordo com o autor, o helenismo foi a fonte intelectual da humanidade ateísta que ele define pelo caráter de desagregação e que destruiu o mundo medieval. O autor de *A Quarta Humanidade* foi lapidar ao afirmar que “não podemos negar hoje que foi o ateísmo que construiu o mundo moderno. Sim, foram os ‘filhos do homem’, não foram os ‘filhos de Deus’” (Salgado, 1934, p. 39).

O livro de Salgado demarca uma distinção entre o que seria a humanidade monoteísta, com raízes no orientalismo e ênfase no sobrenatural, e o que seria a humanidade ateísta, com raízes no helenismo e ênfase no mundo material. Os acontecimentos históricos mostrariam que a humanidade politeísta foi sucedida pela humanidade monoteísta e esta, por sua vez, foi suplantada pela humanidade ateísta. Mas o domínio de uma forma de humanidade não representaria o fim total das outras: “Como os rios que secam no tempo do estio, para transbordar nas estações pluviais, cada uma delas não desaparece totalmente” (Salgado, 1934, p. 38).

Ao se avançar na leitura de *A Quarta Humanidade*, aparecem argumentos que atrelam o sentido do ateísmo a uma fase histórica. Plínio Salgado afirma que a humanidade ateísta se fortaleceu com o Humanismo europeu do fim da Idade Média, movimento artístico e filosófico que buscou suas origens intelectuais no helenismo da Grécia Antiga. Essa humanidade vicejou com base, por um lado, em índole naturalista, focada na criação de uma civilização baseada em evidências do mundo natural e, por outro lado, em postura científica, cujas verdades se alicerçam no método experimental pautado pela investigação da hipótese para a tese e da tese para a hipótese. Nesse trecho do livro, a epistemologia científica é criticada pelo autor por não reconhecer a existência de uma realidade espiritual: “A ciência, que prometeu tudo dar, não pôde criar nada que substituísse no Homem o seu Deus. Deslocando-se do seu plano, a ciência debalde tentou decifrar o Eterno Absoluto. [...] E, não podendo avançar, nega” (Salgado, 1934, p. 42).

A crítica efetuada por Salgado à postura científica revela que ele não esteve apenas descrevendo acontecimentos históricos, mas efetuando juízo de valor sobre estes com o objetivo de defender, perante os leitores e leitoras, um modo de vida pautado na crença em Deus. Essa parte do livro é igualmente reveladora de caracterização mais precisa do que seria a humanidade ateísta: uma sociedade organizada via conhecimento fornecido pelo

mundo físico. Na avaliação de Salgado, como os fenômenos sobrenaturais, indicativos da existência de uma divindade, não seriam encontrados nessa realidade material por método científico, a própria noção de que existe um Deus seria descartada pela humanidade ateísta.

O parecer condenatório sobre a humanidade ateísta não se restringe ao tipo de conhecimento priorizado por ela na elaboração de sua visão de mundo. De acordo com o líder integralista, esse modelo de humanidade trouxe uma série de consequências nefastas para as pessoas. Apesar de um pouco longo, vale a pena reproduzir um trecho do livro *A Quarta Humanidade*, pois há vários temas que clarificam como seria para ele a organização dessa sociedade:

[...] desenvolve uma nova teoria política a qual se funda no individualismo, repelindo, entretanto, o personalismo; [...] cria o Estado como a expressão da soma dos individualismos, com origem e finalidade (se podemos chamar finalidade), no indivíduo; [...] estabelece o sufrágio universal como o instrumento de manifestação da soberania, sua expressão “real”, objetiva, em oposição a quaisquer outras expressões “ideais”; e reduz os governos a um joguete do mecanismo social como reduziu a sociedade a um joguete do mecanismo natural; [...] criou o sentido da liberdade, como expansão e conquista, como apreensão, sob a inspiração dos egoísmos reivindicadores; e tirou daí as conclusões gerais do direito e da economia que inspiraram todas as legislações; e engendrou novos processos pedagógicos fundamentados no trânsito contínuo de verdades efêmeras e da superstição científica a que se reduz toda a sistematização pragmática; e que quebrou, conseqüentemente, os padrões morais inspirados num senso de finalidade humana (Salgado, 1934, p. 44-45).

A partir desse trecho, é possível notar que, para o autor, a humanidade ateísta, dos pontos de vista político e econômico, possui como referência os valores do individualismo e do egoísmo, pilares de sustentação para noções de liberdade, sufrágio universal e livre mercado. Já do ponto de vista ético, a humanidade ateísta se calcaria em uma espécie de novo dogma no sistema de ensino que assumiria valores transitórios, alimentado pela ciência, para cujos adeptos não existiriam verdades eternas.

Na interpretação pliniana, a sistematização dos valores da humanidade ateísta estaria contida no liberalismo e no marxismo. Na condição de pensamento econômico, pautado no individualismo e busca da sobrevivência na luta pela vida, o liberalismo tornou a liberdade sinônimo do monopólio dos egoístas e inescrupulosos; fez do comércio internacional uma das causas da desorganização das estruturas econômicas dos povos, desequilibrando a

produção e o consumo nas relações entre países em nome de interesses mesquinhos e chauvinistas; alimentou a luta de classes, consequência da ausência de harmonia das atividades produtoras, em ritmo de violência e ódio. Como resultado, as classes médias, os pequenos burgueses e os detentores de menores somas de capital estariam em estado de proletarização; o desespero nos lares e a miséria oprimindo “os trabalhadores intelectuais e manuais. O jogo dos negócios desorganiza a economia pública e a privada, abala todos os dias as pequenas fortunas, as modestas economias e atenta contra o princípio cristão da propriedade” (Salgado, 1934, p. 61).

Já a filosofia política liberal teria traços estoicos, aspecto característico de povos em fase de decadência: “É a indiferença, a passividade, a incapacidade de reação. E esse é o espírito que domina o Estado Burguês” (Salgado, 1934, p. 105). Essa atitude da filosofia burguesa teria criado o grande sentido de abstenção, de comodismo fatalista e conformismo estoico diante da crença na atuação de forças anônimas e racionais no mundo. Dito de outro modo, o Estado deixou de intervir na sociedade em respeito à liberdade dos indivíduos. Como compensação, também criou pobres fetiches e deuses débeis, com vagos princípios de moralidade e harmonia social: “A religião da Humanidade de Comte, ou a filantropia do pragmatismo americano, não passam de superstições, destinadas a substituir o elemento espiritual abandonado” (Salgado, 1934, p. 106).

Já o caso do marxismo, conforme consta em *A Quarta Humanidade*, é referenciado a partir de seu formulador, Karl Marx (1818-1883), o qual teria concebido o homem desenraizado do seu plano natural para projetá-lo na expressão monstruosa de um coletivismo em que o indivíduo desapareceria. Mas esse entendimento sobre a vida humana também seria um erro, “porque nega a finalidade do Espírito e o valor ideal de uma concepção mística” (Salgado, 1934, p. 51).

O marxismo recusaria o elemento espiritual na vida humana em nome da concepção hegeliana de realidade, sendo esta pautada pelo princípio de que o devir ocorre por meio de um movimento dialético em que uma tese gera seu contrário, a antítese, e disso surge uma síntese, a qual gera nova tese que dá nova vida ao movimento dialético. Para Marx, os fatores econômicos e sociais estariam na base do devir dialético. Contudo, de acordo com Salgado, isso não foi tudo: influenciado pelo utopismo dos socialistas franceses, o marxismo se cristalizou em uma filosofia que definiu a luta de classes como fator que impulsiona a

dialética. E, subordinando o método crítico ao jogo dialético das forças econômicas e sociais, “o marxismo objetiva a realização da síntese hegeliana, numa sociedade que, depois de transitar pela ditadura do proletariado, possa abster-se dos governos e da ideia de Estado” (Salgado, 1934, p. 100).

A partir do liberalismo e do marxismo, a humanidade ateuista teria definido Filosofia por meio da palavra “evolução” e Política por meio da palavra “luta”. O resultado disso foi o embate de vários antagonismos inconciliáveis no interior das sociedades. Salgado destaca alguns destes:

no campo da economia, é a lei da concorrência, estabelecendo a “luta comercial”; a liberdade de contrato estabelecendo a “luta de classe”; na esfera da política interna é a lei do sufrágio, estabelecendo a “luta dos partidos”; no domínio da política externa, é a lei do nacionalismo-econômico-militar, sem base ética, estabelecendo a “luta de alfândegas” e a luta surda das diplomacias hipócritas e das seções secretas dos estados maiores dos exércitos (Salgado, 1934, p. 81).

A conclusão a que esses argumentos induzem é acreditar que a cosmovisão da humanidade ateuista mergulhou as pessoas no desamparo e desespero em face de um estilo de vida pautado por interesses individualistas e materiais que renegam a dimensão espiritual. Nas primeiras décadas do século XX, as massas populares viveriam sob o signo da angústia, promovendo revoluções em países como Rússia, Itália, Alemanha, Portugal, Grécia, Espanha, Hungria, Egito, Marrocos, Peru, Bolívia, Brasil e Afeganistão, “sendo que em muitos desses países as revoluções se repetiram e se repetem, com as índoles as mais variadas” (Salgado, 1934, p. 62). De outro lado, o cenário econômico seria de sucessivas crises sob a ditadura imoral das bolsas de valores, a tirania do câmbio, a agonia da produção e o problema do desemprego, “tudo isso está mostrando o panorama trágico de uma civilização que morre” (Salgado, 1934, p. 63).

A leitura da parte final do livro de Plínio Salgado pode deixar sensação de aflição e agonia, fruto da descrição de um cenário caótico e turbulento, sob o impacto dos valores e o estilo de vida da humanidade ateuista. E é exatamente nesse ponto que o líder do integralismo desfralda a “mensagem da esperança” aos leitores ao afirmar que, sob os escombros de uma civilização moribunda, floresciam os germes da nova humanidade: “Depois da Humanidade Ateuista, virá a Humanidade Integralista. É a ‘quarta humanidade’. Como um sol

que vai nascer, ela já projeta seus primeiros clarões. Uma nova luz se anuncia no mundo” (Salgado, 1934, p. 82).

Em referência ao trabalho do intelectual mexicano Vasconcelos, Salgado afirma que o berço da humanidade integralista seria a América Latina. Do ponto de vista geográfico, essa região teria clima – intertropical - semelhante àquele em que floresceram as primeiras civilizações da história. Do ponto de vista étnico, o contato entre diferentes povos ao longo dos séculos havia gerado um novo tipo de humanidade. No que tange ao Brasil, essa fusão de povos trouxera como resultado uma população marcada pela agudeza dos instintos, dada a proximidade étnica com o selvagem; a extrema bondade, que permitia ver os problemas sociais sem os ódios que solapavam os povos antigos; a tenacidade na luta, provada por quatro séculos de desbravamento das florestas e escravidão econômica; e, por fim, “a profunda espiritualidade, que confere ao nosso sentimento cristão uma pureza inatingida por outros povos” (Salgado, 1934, p. 77).

A quarta humanidade traria uma concepção totalitária e realista do mundo, considerando o homem não como um animal superior, como entenderiam os materialistas, nem tão pouco como um cidadão cívico, à semelhança da liberal-democracia, mas como um ser com aspiração material, intelectual e moral. A revolução almejada pelo homem integral teria um caráter ético, moral e espiritual, sustentada por um Estado cujo propósito iria garantir suas projeções morais, a saber:

a Família é a defesa moral do Homem que, só em razão dela, não se animaliza e só pelo seu respeito não se escraviza. Consequentemente, sustentamos o princípio da propriedade. Porque ela é a garantia da Família, a defesa material do indivíduo e o elo concreto através do qual as gerações se ligam. [...] o Estado Integral defende, violentamente, a ideia de Pátria. Sem a Pátria (razão ética, imperativo espiritual, imposição do afeto e da solidariedade de milhões de filhos de um mesmo Povo) não se compreende a defesa, eficiente, pelo direito e pela força, daqueles dois outros princípios fundamentais da felicidade humana: a família e a propriedade (Salgado, 1934, p. 119-120).

O Estado Integral, marcado pelo caráter de síntese, agregaria os anseios humanos em torno de princípios como pátria, família e propriedade. Em outro trecho de *A Quarta Humanidade*, está escrito, em tom messiânico, que “Esse Estado realizará a possível felicidade na Terra, baseada na confiança em Deus, no amor do próximo, sem precisar excluir os

valores científicos, mas subordinando a ciência a um pensamento superior de finalidade humana” (Salgado, 1934, p. 67-68). Para ele, esse era um destino de que os povos não poderiam fugir. E, no Brasil, os arautos da quarta humanidade seriam os integralistas, “os camisas-verdes’, batedores dos Tempos Novos, anunciadores da próxima alvorada humana” (Salgado, 1934, p. 131), tarefa que os tornaria, ao mesmo tempo, coveiros da humanidade atea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra *A Quarta Humanidade* é ilustrativa de uma história de elaboração de significado sobre ateísmo com um viés injurioso e aviltante. Como registrei na introdução deste artigo, com base nos trabalhos de Quillen (2015) e Bevir (2008), é possível pensar em uma história do ateísmo por meio dos sentidos construídos sobre ele por indivíduos em dados contextos históricos, independentemente de sua interpretação ter uma veracidade com os fatos a que se refere.

O sentido do ateísmo no livro de Salgado relaciona-se à demarcação de período histórico que vai do fim da Idade Média às primeiras décadas do século XX, época marcada pelo predomínio de epistemologia naturalista, calcada no método científico e exclusão da existência de fenômenos sobrenaturais e na ênfase no individualismo, no egoísmo e no materialismo, corporificados no ideário liberal e marxista. É a chamada humanidade atea.

Contudo, como frisei no texto, o líder do integralismo não se limitou a descrever uma época histórica como atea, mas elaborou uma avaliação sobre tal época, condenando-a como cenário de permanentes conflitos pautados por interesses particulares, fragilidade das instituições políticas em nome das liberdades individuais e ganância econômica, periódicas crises nas atividades produtivas e relativismo moral. Uma consequência da recusa da dimensão espiritual da vida e do papel de Deus no destino do mundo, algo defendido pelo autor em face de suas referências à filosofia de Farias Brito e às premissas políticas e teológicas da Reação Católica.

Ecoando o debate no modernismo verde-amarelo e a obra do mexicano Vasconcelos, a alternativa de Salgado a esse quadro atea dantesco seria a humanidade integralista, teologicamente profetizada por ele como o porvir dos povos e que encontraria no Brasil as

condições favoráveis para florescer, dado as características do seu povo (fusão étnica, instintos aguçados, bondade, tenacidade na luta, sentimento cristão). E o guia para essa nova humanidade no Brasil seria a Ação Integralista Brasileira, alicerçada nos valores da pátria, família e propriedade para desenvolver as faculdades morais, intelectuais e espirituais dos homens e mulheres.

Nota-se, com tudo isso, que a construção de um sentido específico sobre o que seria o ateísmo em *A Quarta Humanidade*, a denominada “humanidade ateísta”, se fundamentou em referências filosóficas, teológicas e políticas que visaram legitimar as pretensões de poder da Ação Integralista Brasileira, cujo líder era o próprio Salgado. E, apesar de se tratar de um significado sobre ateísmo particular a um autor e a conjuntura histórica da década de 1930, a instrumentalização política do ateísmo para definir inimigos como perniciosos e maléficos continua presente na história do Brasil, vide exemplo da campanha de Bolsonaro nas eleições de 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. As classificações de Plínio: uma análise do pensamento de Plínio Salgado entre 1932 e 1938. In: *Revista de Ciência Política*, 21 (3), julho-setembro de 1978. pp. 161-180. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/view/59840/58164>. Acesso em 28 de abril de 2023.

BATISTA, Alexandre Blankl. “*Mentores da nacionalidade*”: a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

BEVIR, Mark. *A lógica da história das ideias*. Bauru: Edusc, 2008.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Fórum da História, 1983.

EL-DINE, Lorena Ribeiro Zem. Ensaio e interpretação do Brasil no modernismo verde-amarelo (1926-1929). In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 32, n. 67, maio-agosto de 2019. pp. 450-468.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *O fascismo brasileiro em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano 2. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. pp. 39-61.

- PIOVEZANI, Carlos; GENTILE, Emilio. *A linguagem fascista*. São Paulo: Hedra, 2020.
- QUILLEN, Ethan G. Discourse analysis and the definition of atheism. In *Science, Religion & Culture*, v. 02, n. 03, junho de 2015. pp. 25-35. Disponível em <http://researcherslinks.com/current-issues/Discourse-Analysis-and-the-Definition-of-Atheism/9/16/118/html>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.
- SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de Política*. v. 1. 11ª ed. Brasília: Editora UNB, 1998. pp. 466-475.
- SALGADO, Plínio. *A quarta humanidade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.
- SCHMIDT, Patricia. *Plínio Salgado: o discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação*. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- SILVA, Giselda Brito. O universo católico como espaço circulante da produção de sentido dos discursos integralistas no pós-1930. In: *Revista de Teologia e Ciências da Religião*. Recife, ano III, n. 03, dezembro de 2004. pp. 73-98.
- SILVA, Leandro Ratton Pires da. *Deus, Pátria e Família: integralismo e catolicismo em Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.
- TRINDADE, Héliogio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.
- TV UOL. *Propaganda de Bolsonaro classifica Haddad e Manuela como ateus*. 26 out. 2018. 3:05. Twitter: @UOL. Disponível em <https://twitter.com/uol/status/1055898326594392066?lang=ca>. Acesso em 21 de junho de 2023.
- VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano 1. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. pp. 351-386.

ABSTRACT:

currently the meaning of atheism in Christian societies is associated with disbelief in the existence of God. However, the research area of the history of ideas, according to the position of historian Mark Bevir, allows investigating the creation process and the objectives present in the elaboration of meanings on terms in certain intellectual and political contexts. This article aims to accomplish this task through the study of the notion of “atheistic humanity” in the book *A Quarta Humanidade*, published in 1934 by the integralist leader Plínio Salgado. In more specific terms, I adopted a synchronic approach to map Plínio Salgado’s intellectual references in the 1920s/30s (yellow-green

modernism, Catholic conservatism, national authoritarian and fascist political thought) to, in the second part of the text, analyze diachronically the relationship of these references with the construction of the meaning of atheism as “atheistic humanity” and its link with the author's political struggle in the Brazilian Integralist Action.

Keywords: Plínio Salgado; atheism; yellow-green modernism; integralism.

Recebido em 26/07/2023

Aprovado para publicação em 27/08/2023